

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU – 2016**

2 Ao décimo sétimo dia do mês de outubro de 2016, às 14h00min, o Comitê das Bacias  
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à  
4 1ª Reunião Extraordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório Professor  
5 Gusmão/Salão Azul, no *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em  
6 Seropédica/RJ, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1 - Leitura e aprovação da ata da  
7 reunião anterior (21/07/2016); 2 - Aprovação da minuta de Resolução para o Plano de  
8 Aplicação Plurianual CBH Guandu – 2017-2020; 3 - Aprovação da proposta orçamentária  
9 para o Contrato de Gestão CG 003/INEA; 4 - Assuntos Gerais. 1 – O diretor geral do  
10 Comitê Guandu, Julio Cesar Antunes (ABES), iniciou a reunião e solicitou a aprovação da  
11 ata anterior, realizada em 21/07/2016. A ata foi aprovada. 2 – Nathália Vilela (AGEVAP)  
12 iniciou a apresentação da minuta de Resolução para o Plano de Aplicação Plurianual CBH  
13 Guandu – 2017-2020, ressaltando que o PAP é um documento que organiza os  
14 investimentos do Comitê Guandu para os próximos quatro anos. A mesma resumiu o  
15 processo de elaboração do PAP 2017-2020, que foi discutido pela Diretoria Colegiada e  
16 pelas Câmaras Técnicas do Comitê Guandu. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que a  
17 revisão do Plano de Bacia implicará uma atualização do PAP no ano de 2017. Nathália  
18 Vilela (AGEVAP) explicou as tabelas com os detalhes do PAP. A mesma destacou o  
19 remanejamento de recursos na conta da AGEVAP de projetos não iniciados ou concluídos  
20 para projetos ou ações já em andamento ou que demandem continuidade. Nathália Vilela  
21 (AGEVAP) passou à Tabela 2, que descreve de maneira resumida com os investimentos  
22 agrupados por Programa. Em seguida, apresentou a tabela 3, com a distribuição recursos  
23 disponíveis – em valores estimados – no período de 2017-2020 dentre os programas  
24 priorizados. Destacou que foi considerada a arrecadação com o novo valor aprovado.  
25 Hendrik Mansur (TNC) perguntou, considerando a irregularidade nos repasses, se os  
26 recursos financeiros solicitados terão uma prioridade. Nathália Vilela (AGEVAP) respondeu  
27 que o atendimento será de acordo com a priorização. Lembrou que, independente do ano  
28 ou da arrecadação, os recursos financeiros são enviados de acordo com cada solicitação  
29 do Comitê Guandu. Julio Cesar Antunes (ABES) lembrou que, na resolução que autoriza o  
30 remanejamento, em caso da entrada de novos recursos financeiros, as quantias  
31 remanejadas serão repostas para seus projetos específicos, já que o planejamento é  
32 interno no Comitê. Nathália Vilela (AGEVAP) retomou a apresentação, destacando os  
33 percentuais pré-estabelecidos na destinação de recursos para áreas como Saneamento,  
34 Educação Ambiental e Pagamento por Serviços Ambientais. Passou à metodologia  
35 utilizada para priorização no PAP vigente, que considera o período 2014-2016. Também  
36 explicou as justificativas contrárias, que consideravam fatores como as etapas já  
37 executada, projeto já em execução, contemplado com recursos arrecadados até o ano de  
38 2012, entre outros. Nathália Vilela (AGEVAP) apresentou a tabela com os programas  
39 priorizados para o período de 2017-2020. Lembrou que o cadastramento de usuários foi  
40 uma ação mencionada em diversas ocasiões na Plenária e na Câmara técnica de  
41 Instrumentos Legais e de Gestão, e que foi inserida no programa 1.1.4 - Fortalecimento do  
42 Sistema de Outorga de Direito de Uso e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos.  
43 Nathália Vilela (AGEVAP) passou à tabela que dispõe sobre a distribuição de recursos a  
44 serem arrecadados no período 2017-2020. A mesma lembrou que foram disponibilizados  
45 recursos para auxílio na execução das ações previstas em Planos, como o Plano de  
46 Combate às Queimadas. Nathália Vilela (AGEVAP) passou à apresentou 4, que resume as  
47 tabelas 2 e 3. A mesma apresentou a minuta de resolução para o PAP. João Bosco  
48 (UEZO) elogiou a apresentação da AGEVAP e o trabalho realizado em conjunto com o

49 Comitê Guandu. Considerou que há dificuldades na aplicação, e mencionou o programa  
50 3.1.3 - Proteção e Recomposição Florestal de Corredores Ecológicos. Como representante  
51 da Sociedade Civil, relatou que espera forte aplicação em linhas de recuperação de áreas  
52 degradadas. João Bosco (UEZO) ponderou que tem sido aportados grandes valores para  
53 monitoramento, e para as áreas de recuperação ambiental poderiam ser aplicados maiores  
54 recursos, incluindo a contratação de empresas, se necessário. Julio Cesar Antunes (ABES)  
55 respondeu que tem sido aprimorada a aplicação de recursos a partir da elaboração dos  
56 Planos de Aplicação Plurianuais, destacando que esta é a segunda edição. Destacou a  
57 importância dos debates e da experiência na aplicação dos recursos para quantificar os  
58 valores destinados para aplicação. O mesmo comentou que a sugestão é válida, mas que  
59 a construção de outras propostas pode ser feita no âmbito da atualização do Plano de  
60 Bacia. E também sugeriu que poderiam ser avaliadas as colocações técnicas feitas no  
61 seminário realizado pelo grupo Boticário. O mesmo lembrou que há uma margem de  
62 remanejamento de recursos e também a possibilidade de revisão anual do PAP. Julio  
63 Cesar Antunes (ABES) também comentou que o PAP é uma previsão, e que a experiência  
64 prática pode apresentar outros resultados. Hendrik Mansur (TNC) elogiou a apresentação,  
65 e relatou que o processo evoluiu desde o começo. O mesmo questionou a flexibilização, no  
66 Artigo 4º, da necessidade de resoluções específicas para detalhamento das condições de  
67 investimento. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que a decisão de utilizar a palavra  
68 “poderão” levou em conta que não é uma obrigação do Comitê, e que depende da  
69 capacidade institucional. Nathália Vilela (AGEVAP) considerou que deverá passar pela  
70 aprovação da Plenária de qualquer forma, mas o artigo poderia ser posto em votação. Em  
71 seguida, Hendrik Mansur (TNC) perguntou se o remanejamento poderia ser considerado  
72 para qualquer subcomponente. Julio Cesar Antunes (ABES) respondeu que essa definição  
73 não foi considerada a princípio, mas poderia ser inserida. Eduardo Justo (GERDAU)  
74 perguntou se a porcentagem de 10% considera o subcomponente de origem ou de destino.  
75 Nathália Vilela (AGEVAP) respondeu que será considerado componente de origem do  
76 recurso financeiro. Julio Cesar Antunes (ABES) ressaltou que o valor é apenas um limite  
77 máximo, e que preocupação da Câmara Técnica era flexibilizar a aplicação de recurso,  
78 mas manter um foco com a restrição do remanejamento apenas para projetos dos  
79 subcomponentes 2.1, 3.1 e 3.2. Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que a flexibilização aberta  
80 dos recursos pode gerar problemas de entendimento no CERHI-RJ, e concordou com a  
81 sugestão de Julio Cesar Antunes (ABES) de restringir o remanejamento aos três  
82 subcomponentes. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu suprimir no texto da resolução o item que  
83 dispõe sobre a prioridade de investimentos referentes ao subcomponente 2.1 – Sistema de  
84 Coleta e Tratamento de Esgoto do PERH GUANDU. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que  
85 essa prioridade estará considerada no Plano de Bacia de qualquer forma, e que suprimir  
86 não teria efeito prático. Hendrik Mansur (TNC) comentou que, a nível nacional, o foco na  
87 gestão de recursos hídricos passou das ações de saneamento para a disponibilidade de  
88 água, e que a definição do saneamento como prioridade destaca algo que foi superado a  
89 nível nacional. José Arnaldo (P.M. Queimados) discordou, afirmando que o saneamento é  
90 uma demanda fundamental. E que isso precisa constar no texto, já que é um passivo  
91 presente em toda a bacia. Julio Cesar Antunes (ABES) sugeriu, considerando que isso  
92 está no Plano de Bacia, manter o texto. Hendrik Mansur (TNC) concordou, mas relatou que  
93 há uma contradição quando o texto indica que o Comitê Guandu assume um  
94 posicionamento de que a prioridade é o saneamento, mas discutiu uma redução da  
95 porcentagem obrigatória para saneamento durante as contribuições ao projeto de lei sobre  
96 o FUNDRHI em 2015. Todos concordaram com a manutenção do item que prioriza os

97 investimentos em saneamento do texto. Hendrik Mansur (TNC) identificou que as sugeriu  
98 alterações na tabela que dispõe sobre o *status* dos projetos aprovados na câmara técnica  
99 não foram incluídos na minuta apresentado na Plenária, e completou sugerindo que os  
100 projetos “não iniciados” seriam substituídos por “aprovados”. Nathália Vilela (AGEVAP)  
101 respondeu que todos os projetos em fase de licitação já têm recursos aprovados, só  
102 licitamos se houver recurso. A mesma explicou que a primeira fase, de projetos  
103 selecionados que aguardam recurso, foi criada por conta dos editais de PSA, que foram  
104 aprovados e não receberam recurso. Hendrik Mansur (TNC) sugeriu criar categorias  
105 específicas para cada fase, sendo a categoria “aprovados” para categoria “aprovados pelo  
106 comitê” e categoria “em contratação” para projetos onde já houve seleção dos  
107 proponentes. Nathalia Vilela (AGEVAP) disse que fará a análise do documento para  
108 verificar a possibilidade de incorporar as sugestões. Julio Cesar Antunes (ABES) pôs a  
109 minuta em votação. O PAP 2017-2020 foi aprovado por unanimidade. 3 – Nathália Vilela  
110 (AGEVAP) iniciou a apresentação da proposta orçamentária para o Contrato de Gestão  
111 CG 003/INEA. A mesma listou as sugestões feitas pelo Comitê Guandu para o termo  
112 aditivo do contrato, pensadas para melhorar o fluxo de trabalho e considerar ações já  
113 executadas pela AGEVAP. Passou à explicação sobre os custos operacionais diversos  
114 previstos para os próximos anos. Nathália Vilela (AGEVAP) falou sobre o aumento de  
115 equipe, de acordo com solicitação do Comitê Guandu, para atendimento das demandas  
116 administrativas e técnicas. Julio Cesar Antunes (ABES) destacou, em relação à solicitação  
117 de um estagiário da área técnica, que há uma tentativa no Comitê de atrair a participação  
118 de jovens e de valorização da gestão, para que também seja criada uma noção de  
119 continuidade do trabalho. Nathália Vilela (AGEVAP) apresentou a minuta de resolução  
120 para o termo aditivo do Contrato de Gestão. Julio Cesar Antunes (ABES) colocou a minuta  
121 em votação. A minuta foi aprovada. 4 – Assuntos Gerais. Decio Tubbs (UFRRJ) relatou  
122 que o Comitê Guandu e o CERHI-RJ tem empreendido esforços em estar junto aos  
123 processos de licenciamento nas etapas de Instrução Técnica. Comentou que diversos  
124 processos têm acontecido à revelia da gestão participativa. Relatou os casos recentes de  
125 desastres em Seropédica e Paracambi. Pedeu que os problemas sejam comunicados ao  
126 Comitê Guandu. O mesmo relatou que, caso a filosofia no licenciamento não mude em  
127 relação aos problemas, é possível que o CERHI-RJ recorra ao Ministério Público para  
128 solução. Destacou que o contato dos membros e as informações precisam ser  
129 compartilhadas. Sobre a internalização da APA no Comitê Guandu, ressaltou que falta  
130 documentação do INEA. José Arnaldo (P.M. Japeri) relatou que o município de Japeri tem  
131 feito visitas para verificar a documentação de empreendimentos no município, e consegue  
132 manter a regularidade de diversos empreendimentos. Porém, relatou que ocorre problema  
133 na execução de Plano de Controle Ambiental em relação a um empreendimento de nome  
134 JC RAMOS, e a integração com o setor de licenciamento do INEA tem sido problemática.  
135 Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que casos de Seropédica tiveram problemas em área  
136 licenciada pelo INEA dentro de áreas de Reforma Agrária. José Arnaldo (P.M. Japeri)  
137 colocou-se à disposição da APA GUANDU para encaminhar os projetos. Relatou que a  
138 pedreira JC RAMOS recebeu licença do Estado sem consentimento do município. Relatou  
139 que, em relação a outros empreendimentos, o município tem acompanhado as diversas  
140 solicitações, mas a visão dos empreendedores ainda não acompanha a importância dos  
141 recursos hídricos. Registrou que o INEA precisa apresentar considerações a respeito dos  
142 processos de licenciamento. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que o Comitê Guandu  
143 tem acompanhado diversos processos que correm no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.  
144 Lembrou que o Comitê Guandu é conselheiro no Plano Metropolitano do Rio de Janeiro, e

145 que as decisões acontecem lá sem a visão das prefeituras em muitas vezes. Comentou  
146 que o processo é grande, e sugeriu que os membros façam sugestões a respeito do Plano  
147 Metropolitano no âmbito da Câmara Técnica de Estudos Gerais do Comitê Guandu. Julio  
148 Cesar Antunes (ABES) também falou sobre o evento do Plano de Desenvolvimento  
149 Regional da FIRJAN. Contou que fez uma apresentação da gestão de recursos hídricos, e  
150 aproveitou para sugerir que a discussão sobre os empreendimentos viesse para as  
151 Câmaras Técnicas do Comitê Guandu. O mesmo ressaltou que notou a utilização do Plano  
152 Estadual de Recursos Hídricos nos trabalhos, e sugeriu que o Comitê participasse em  
153 conjunto para os assuntos relativos à Região Hidrográfica II. Lembrou que a idéia é  
154 aproveitar os espaços de discussão para inserir as contribuições técnicas do Comitê  
155 Guandu. Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira) respondeu a Decio Tubbs (UFRRJ), relatou  
156 que não houve licenciamento do empreendimento da pedra em Miguel Pereira. Elaine  
157 Gonçalves (P.M. Paracambi) relatou que o processo não foi aprovado na Procuradoria de  
158 Paracambi, e os empreendedores buscaram a instalação em Miguel Pereira. Claudio  
159 Ribeiro (P.M. Miguel Pereira) relatou que, como a área urbana está na área do Médio  
160 Paraíba do Sul, comunicou ao Comitê Médio Paraíba do Sul. Julio Cesar Antunes (ABES)  
161 avaliou que é positiva a gestão compartilhada entre os Comitês em áreas onde haja  
162 sobreposição. Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi) relatou que o Plano Diretor de  
163 Paracambi considerou o macrozoneamento do município, e conseguiram argumentar com  
164 base técnica que o empreendimento seria inviável em Paracambi. Jose Arnaldo (P.M.  
165 Japeri) relatou que o zoneamento municipal precisa ser considerado antes dos processos  
166 do INEA. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ) relatou que grupos de profissionais do INEA sofrem  
167 com sucateamento, e há problemas de atividade econômica ilegal na região. Julio Cesar  
168 Antunes (ABES) relatou que tem sido sentida muita dificuldade do comparecimento dos  
169 membros tanto nas Câmaras Técnicas quanto nas Plenárias. Pensou que a discussão  
170 sobre o licenciamento poderia ser pautada na CTEG, e as experiências dos casos  
171 poderiam ser transformadas num documento, que seria encaminhado ao INEA  
172 formalmente. Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi) relatou que a Câmara Técnica  
173 poderia organizar um seminário, ou uma discussão que chame as Prefeituras. Para aí sair  
174 de um debate e com um registro. Julio Cesar Antunes (ABES) considerou que seria uma  
175 boa ideia, mas seria necessário levar as instituições para as reuniões da Câmara, de modo  
176 que sejam propostos encaminhamentos. Hendrik Mansur (TNC) relatou que casos  
177 similares foram encaminhados no CEIVAP através de Grupos de Trabalho, que têm foco e  
178 podem dar retorno rápido à Câmara Técnica e à Plenária. Julio Cesar Antunes (ABES)  
179 comentou que o Comitê poderia auxiliar com ferramentas como o SIGA-GUANDU, que  
180 poderia comportar níveis de informação para as Prefeituras. O mesmo comentou que o  
181 Comitê Guandu fará solicitação formal de informações geográficas da Câmara  
182 Metropolitana, e buscará inserir os dados no SIGA-GUANDU. Jose Arnaldo (P.M. Japeri)  
183 relatou que existem diversos problemas com atividades ilegais da extração mineral, e o  
184 município de Japeri tem encaminhado correspondências às autoridades competentes para  
185 combater as atividades ilegais. O mesmo apontou que é importante o convite do Comitê  
186 Guandu em discutir os processos de licenciamento e gerar documentos técnicos, além de  
187 chamar os atores e instituições que possam tomar providências, como o Ministério Público.  
188 Luiz Felipe (CRESCENTE FÉRTIL) apresentou-se, descreveu que a CRESCENTE FÉRTIL  
189 ganhou a licitação para executar projeto de PSA na bacia e parabenizou a discussão do  
190 Comitê e a aprovação do PAP. Julio Cesar Antunes (ABES) informou que o Comitê  
191 Guandu ajuizou uma ação contra o Banco Bradesco, e que o objetivo maior é parar a  
192 ausência do fluxo de caixa. Luiz Felipe (CRESCENTE FÉRTIL) relatou que apóia uma

193 comissão legislativa de apoio e preservação do Rio Paraíba do Sul. O mesmo relatou que  
194 haverá uma reunião da Comissão no dia 27 de outubro, e o Comitê certamente será  
195 convidado. Paulo de Tarso (FIRJAN) parabenizou os esforços em prol da sinergia entre  
196 Comitê e instituições diversas. Relatou que a FIRJAN tem feito reuniões para convidar os  
197 candidatos a prefeito da região da baixada – e incluir toda a bacia do Guandu – para  
198 discutir as iniciativas de planejamento, como o Zoneamento Ecológico Econômico do  
199 Estado do Rio de Janeiro e o Modelar a Metrópole. O mesmo explicou que é importante a  
200 participação nas instâncias do Comitê Guandu, e os órgãos devem ser convidados,  
201 precisam ter o entendimento de que a participação é a única maneira de inserir os  
202 interesses da sociedade. Julio Cesar Antunes (ABES) comentou que todo o sistema de  
203 segurança, a parte prisional, e o Estado do Rio de Janeiro como um todo apresentam um  
204 cenário complexo. E o papel do Comitê Guandu é articular decisões técnicas dentro de  
205 suas instâncias para fazer a gestão. Destacou que as decisões e diálogos precisam ser  
206 institucionalizados. O mesmo continuou, relatando que Decio Tubbs (UFRRJ) tem feito  
207 esforços em melhorar o diálogo da área de licenciamento com a gestão de recursos  
208 hídricos. O mesmo destacou que o Comitê Guandu também precisa entrar em diálogo com  
209 Secretarias Municipais diversas, e também relatou que há muitas pessoas que pensam em  
210 favor das causas ambientais. Julio Cesar Antunes (ABES) também mencionou que a  
211 participação dos Usuários da Água é muito necessária, pois o segmento tem um papel na  
212 sociedade que considera a organização e o viés econômico. O mesmo reiterou a  
213 importância da participação efetiva no Comitê Guandu, através do exercício cotidiano e da  
214 sugestão de idéias. O diretor geral agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às  
215 16h49min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que segue assinada pelo Diretor  
216 Geral e pelo Diretor Executivo.

---

JULIO CESAR ANTUNES  
Diretor Geral

---

DECIO TUBBS FILHO  
Diretor Executivo

### Membros Presentes

**Usuários:** Dalço Renato Simoni (AMBEV), Paulo de Tarso (FIRJAN), Eduardo (GERDAU),  
Lucimar Marinho (TKCSA), Amisterdan Ribeiro Cristo (SIMARJ);

**Sociedade Civil:** João Bosco de Salles (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ), Franziska Huber  
(FAETERJ-Paracambi), Flavio Bindi representando Vera Martins (ACAMPAR), Carlos  
Eduardo de Souza representando Markus Stephan (APEDEMA), Hendrik Mansur (TNC),  
Julio Cesar Antunes (ABES);

**Governo:** Jose Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri), Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira),  
Carlos Alberto Penne Leitão (P.M. Nova Iguaçu), Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi),  
Ronaldo Artur Sabino de Figueiredo (P.M. Rio Claro), Lívia Soalheiro (SEA), Maria Dalva  
Ribas Pinto (FIPERJ);

### Membros Ausentes

**Usuários:** Lívia Magalhães (CEDAE), Frederico Menezes (CEDAE), Abílio Faia (FCC),  
Robson Santos (ASDINQ), Viviane Montebello (NUCLEP), Eduardo Gomes (Sindicato  
Rural de Rio Claro), Sabina Campagnani (FURNAS), Diego Ruas (PETROBRAS), Marcio  
Dias (SFE), José Gomes (LIGHT);

241 **Sociedade Civil:** Vera Agarez (UVA), Fernando Ribeiro (CI BRASIL), Maurício Ruiz C.  
242 Branco (ITPA), Maurício de Oliveira (SIMA), Nelson Reis (OMA-Brasil), ABAS, Paulo  
243 Sergio Farias (SINTSAMA);

244 **Governo:** Waldemiro Andrade (P.M. Barra do Piraí), Mario Amaro (P.M. Piraí), Ademar  
245 Quintella (P.M. Seropédica), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Monique Fontes (P.M.  
246 Itaguaí), Sebastiana Cesário (INEA), Magno Roza (EMATER-RIO), Felipe Brasil (CREA-  
247 RJ), Ricardo Nogueira (ICMBio);

248

249

### **Convidados**

250 Nathália Vilela (AGEVAP), Daiana Gelelete (AGEVAP), Linda Dias (SEMADES/JAPERI),  
251 Inês Pereira Esteves (COMDEMA/JAPERI), William Weber (Jornalista), Janaína Vettorazzi  
252 (INEA/APA-GUANDU), Luis Felipe Cesar (CRESCENTE FÉRTIL), Richard Hollanda  
253 (MONTENEGRO), Iran B. Borges (ITPA), Cázia Angela de Vasconcelos  
254 (SEMUHAM/NOVA IGUAÇU), Eduardo Justo (GERDAU), Laís Fonseca Jasmin (UFRRJ),  
255 Thainá Almeida Chagas (FAETERJ-PBI), Luana AMbrozio (FAETERJ-PBI), Victor de  
256 Almeida Souza (FAETERJ-PBI).